

Sociologia dos Territórios

Renato Miguel do Carmo

SOCIOLOGIA DOS TERRITÓRIOS

TEORIAS, ESTRUTURAS E DEAMBULAÇÕES



LISBOA, 2014

© Renato Miguel do Carmo, 2014

Renato Miguel do Carmo
Sociologia dos Territórios. Teorias, Estruturas e Deambulações

Primeira edição: março de 2014
Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 978-989-8536-33-4
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Nuno Fonseca
Imagem da capa: Alexandre Vaz
Revisão de texto: Manuel Coelho
Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros	xi
Introdução. O direito aos território	1
Parte I Teorias	
1 Até onde vão os mercados? Contornos de uma sociologia da periferia	9
Introdução	9
Cidades, capitalismo e sociologia crítica	10
O rural: mobilidades e mercado	14
Há mercado e mercado, há ir e ficar fixado	17
Conclusão	18
Referências bibliográficas	19
2 A construção sociológica do espaço rural. Da oposição à apropriação	21
Introdução	21
A oposição rural-urbano	23
As transformações do rural	28
Para uma visão integradora do espaço rural	31
Conclusão: o rural em construção	34
Referências bibliográficas	36
3 Do espaço abstrato ao espaço composto. Relfetindo sobre as tensões entre mobilidades e espacialidades	39
Introdução	39
De perdidos a achados	40
As múltiplas escalas do espaço	42
Espaço composto: esboço de uma perspectiva	45
Reflexões finais	48
Referências bibliográficas	48

4	Da escala ao território. Para uma reflexão do policentrismo	51
	Introdução	51
	<i>Policentrismo</i> : dos princípios simples à difícil prática	54
	A representação do espaço abstrato	56
	O policentrismo no PNPOOT	58
	De Albernoa às suas múltiplas escalas	61
	Para “politizar” a suburbanização	64
	Conclusão: ao encontro de um <i>espaço compósito</i>	65
	Referências bibliográficas	66
5	Estado “propulsor” de desenvolvimento. Os territórios da política da vida	69
	<i>Reflexividade</i> como capacidade social	69
	<i>Policentrismo</i> e capital social: o princípio da cooperação	71
	Portugal: um território que urge destrancar	75
	Políticas públicas: para uma convergência diferenciadora	77
	Estado “propulsor” de desenvolvimento e democracia	80
	Considerações finais	84
	Referências bibliográficas	85
Parte II Estruturas		
6	As desigualdades sociais nos campos. O Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX	89
	Introdução	89
	A vida nos campos	93
	A estratificação social	98
	O reforço da agricultura familiar (1930-1950)	100
	Mecanização e polarização social (1950-1960)	106
	Conclusão	109
	Referências bibliográficas	109
7	Cidades médias. Do crescimento demográfico à consolidação territorial	113
	Introdução	113
	As cidades intermediárias	114
	O sistema urbano nacional	116
	O Alentejo: as áreas urbanas e as áreas rurais	119
	A evolução demográfica das maiores cidades alentejanas	121
	Área urbana de Évora	123
	Área urbana de Beja	125
	Área urbana de Portalegre	126
	Área urbana de Elvas	127
	Conclusão	128
	Referências bibliográficas	129

8	Desigualdades e o “efeito cidade”. Em busca do “conceito 4”	133
	Introdução	133
	Desigualdades sociais e territoriais: o “conceito 4”?	134
	Desigualdades de remuneração: o “efeito Lisboa”	138
	Estabelecimentos no concelho de Lisboa: as desigualdades internas ...	142
	Considerações finais	145
	Referências bibliográficas	145

Parte III | Deambulações

9	Deambulando pelos duplos da cidade. Do estrangeiro ao construtor de lugares	149
	O estrangeiro em potência	149
	O estrangeiro cinético	153
	O construtor de lugares	155
	Referências bibliográficas	158
10	Opúsculo de sociologia rural. A aventura da aldeia	159
	Introdução: o espaço é uma aventura	159
	Entre a urbanização e a marginalização	161
	Albernoa, uma aldeia na encruzilhada	162
	Da aldeia à politização do território	164
	Breve conclusão	165
	Referências bibliográficas	166
11	A história do rural tem futuro!	167
12	Rurbanização, ou o espaço vivido como mistura	173

Índice de figuras

Figuras

4.1	Representação gráfica do <i>policentrismo</i>	57
4.2	Sistema urbano, acessibilidades e povoamento	59
7.1	Relação entre a proporção de residentes nas áreas urbanas e nas áreas rurais	120
7.2	Evolução da população residente nas áreas urbanas e rurais (1900 = 100)	121
7.3	Evolução da população residente nos maiores centros urbanos (1900 = 100)	122
8.1	Evolução do ganho médio mensal em Portugal e no concelho de Lisboa (euros) (2003-2009)	139
8.2	Evolução do ganho médio fração de 1% dos trabalhadores que detém os melhores rendimentos e da fracção de 5% dos trabalhadores mais bem pagos, em Portugal e no concelho de Lisboa (euros) (2003-2009)	139
8.3	Evolução do Rácio S80/S20 no concelho de Lisboa e em Portugal (2003-2009)	140
8.4	Evolução do ganho médio mensal em Portugal e no concelho de Lisboa por sexo (euros) (2003-2009)	140
8.5	Ganho médio mensal por nível de habilitações em Portugal e no concelho de Lisboa (euros) (2009)	141
8.6	Tipologia de estabelecimentos nas freguesias do concelho de Lisboa (2009)	143
8.7	Ganho médio mensal nos quatro clusters analisados e no concelho de Lisboa (2009)	144
8.8	Percentagem de ganho auferida pelos quintis e S80/S20 nos quatro <i>clusters</i> analisados e no concelho de Lisboa	144

Quadros

6.1	Número e proporção dos seareiros em relação à população ativa agrícola de 1950, por NUTSIII.....	95
6.2	Número e proporção das explorações por classes de extensão da cultura arvense em 1952, por NUTS III (em percentagem)	96
6.3	Proporção das explorações imperfeitas, perfeitas e patronais em 1952, por NUTS III (em percentagem).....	97
6.4	Evolução da população agrícola por categorias sociais, entre os anos de 1930, 1940 e 1950, por NUTS III.....	102
6.5	Evolução do número de proprietários nas categorias dos patrões e dos isolados e do número de rendeiros na categoria dos isolados agrícolas entre 1940 e 1950, por NUTS III	104
6.6	Evolução da população agrícola entre 1950 e 1960, por NUTS III	107
6.7	Evolução do número de proprietários e de rendeiros nas categorias dos patrões e dos isolados agrícolas entre 1950 e 1960, por Nuts III	107
6.8	Proporção dos proprietários na categoria dos patrões e na dos isolados em 1960, por NUTS III	108
8.1	Síntese dos três conceitos de desigualdade utilizados por B. Milanovic (2007).....	137

Introdução

O direito aos territórios

O título desta introdução inspirou-se no livro de Henri Lefebvre intitulado *O Direito à Cidade*, que recentemente foi traduzido para português. Segundo o autor, “o direito à cidade manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) implicam-se no direito à cidade”.¹ Esta conceção parte do pressuposto de que o urbano se tornou a forma espacial suprema e dominante e que, dentro desta, é fundamental produzir o direito à *polis* e a tudo o que isso implica do ponto de vista político, económico e cultural. A forma urbana alargou-se, densificou-se e impôs-se, mas não acarretou consigo nenhum modelo de organização político e comunitário que favoreça a cidadania e o bem comum. Pelo contrário, este tem de ser socialmente produzido. É neste sentido que emerge a noção de direito à cidade, que se traduz na construção do direito à participação, do direito à diferença, do direito à igualdade e à liberdade.

Contudo, diferentemente do sociólogo francês, considero que esta noção de direito à cidade transcende os territórios urbanos e se estende para além das suas fronteiras morfológicas e espaciais. Na verdade, mais do que direito à cidade, o que defendo neste livro é o direito dos territórios a existirem distintamente, quer como objeto de estudo — mas também de debate e de discussão —, quer como sujeito político dotado de capacidade transformadora.

O direito dos territórios a existirem como objeto significa transpor as mais determinantes oposições que têm contribuído para o acantonamento de uma certa análise sociológica em dualidades categoriais que, em muitos casos, padecem de algum reducionismo interpretativo passível de ser ultrapassado: o rural que se opõe ao urbano, a periferia que se opõe ao centro... tornaram-se dualidades “clássicas” para interpretar o modo como as sociedades e os territórios geraram dinâmicas desequilibradoras e contraditórias, que foram sendo retratadas por uma série de estudos. Este tipo de pensamento dualista está na base de conceções que

1 Henri Lefebvre (2012 [1968]), *O Direito à Cidade*, Lisboa, Letra Livre, p. 135.

projetam o centro como espaço que concentra na sua geografia as instituições e as principais funções e poderes políticos e administrativos, face às periferias destituídas de poderes autónomos e influentes; ou que identificam o urbano como espaço denso e dinâmico face ao rural despovoado e marginalizado.

A estipulação de dualidades é útil do ponto de vista analítico, na medida em que atribui sentido a configurações sociais e territoriais resultantes de antagonismos pronunciados, como é o caso dos fenómenos ligados às desigualdades sociais e económicas ou à composição das classes sociais. Contudo, estas não podem ser definidas na base de uma mera distinção entre contrários, como se as estruturas sociais e a vida das pessoas se pudessem encaixotar em categorias estanques. As dualidades são formas abstratas e úteis de interpretação dos processos sociais. Contudo, sabemos à partida que estes resultam de dinâmicas contraditórias que não cessam de se reconfigurar, como bem nos ensinou Norbert Elias na sua análise sobre o processo civilizacional.² Por isso, não devemos deixar relaxar a interpretação apoiada numa lógica meramente dicotómica, como se esta resolvesse razoavelmente os dilemas inerentes à análise científica. As dualidades detêm essa capacidade de esquematizar significados discrepantes, mas ficam sempre aquém na captação dos processos sociais que se desenvolvem por linhas travessas e pouco lineares. Mas, ao tentarmos ir além das dualidades analíticas, abrimos a porta a um duplo reconhecimento: de um lado, o reconhecimento da sua limitação interpretativa, expressa no esquema dicotómico de análise, do outro, o reconhecimento de que dificilmente ultrapassaremos na plenitude esse mesmo esquema redutor.

O estudo da composição e dinâmica social dos territórios talvez seja uma das áreas da sociologia em que os investigadores mais se deparam perante a ambivalência entre o uso útil das dualidades e dos seus esquemas facilitadores e a necessidade perene de as romper e transcender, imergindo na complexidade das irregularidades e das discrepâncias ou, como defendi num outro texto não incluído nesta coletânea, dos “enrugamentos” que nos impelem a conceber o espaço e os territórios a partir do seu carácter imprevisível e não linear.³ No entanto, essa ambivalência analítica pode também manifestar-se em tentativas de conciliação, por intermédio do redesenho de modelos dualistas de interpretação, no sentido de estes poderem enquadrar algumas das irregularidades identificadas. Estes esforços em dotar os esquemas dualistas de uma maior amplitude revelam-se por vezes inglórios, apesar de representarem exercícios interessantes. Contudo, independentemente de se optar pela conciliação ou pela tentativa de rutura, jamais nos afastamos completamente da lógica dualista que compõe os modelos tradicionais da racionalidade científica. Este dado representa uma espécie de *a priori* (ou constrangimento) com o qual temos de lidar na nossa atividade de investigação.

Feito o prelúdio, voltemos então à ideia de pensar o direito dos territórios a existirem como objeto. Grande parte dos textos que se reúnem neste volume

2 Norbert Elias (1989 [1939]), *O Processo Civilizacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

3 Renato Miguel do Carmo (2011), “O mundo é enrugado: as cidades e as suas múltiplas metáforas”, em Ricardo Campos (org.), *Uma Cidade de Imagens. Produção e Consumos Visuais em Meio Urbano*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 41-49.

tentam ir para além das meras dualidades, designadamente da oposição entre o rural e o urbano. Uma preocupação que trespassa estes escritos é precisamente a de identificar formas espaciais que não se encaixam direta e linearmente em nenhuma das categorias analíticas. Territórios que não são urbanos nem completamente rurais, que se situam entre uns e outros, misturando formas, funções e estruturas. Territórios que não se opõem em termos da sua composição social e morfológica, mas cujas dinâmicas resultam de processos de relação, tensão e conflito. Territórios impuros (haverá outros?) que interpelam e desafiam os esquemas prévios da nossa racionalidade dualista.

Como vimos, ao tentarmos ir além das dualidades acabamos quase inadvertidamente por ficar aquém das formas alternativas de se pensar e estudar os territórios. Diria mesmo que é quase inevitável retomarmos, de uma maneira ou de outra, o uso das categorias iniciais como pontos de ancoragem (mesmo que provisórios) que nos permitem reinterpretar significados adquiridos e atribuir-lhes outras valências. É neste vaivém que se depura a análise e se desocultam diferentes significados para os territórios, dotando-os do direito a se assumirem como objeto de estudo, debate e discussão.

Se é certo que dualidades como centro e periferia continuam a ser estruturadoras da desigual distribuição dos recursos e das oportunidades, marcando decisivamente a vida presente e os futuros das comunidades, também não será descabido conceber que, para além dessa assimetria estrutural, se podem desenvolver outras formas de relacionamento resultantes não de uma oposição entre centro e periferia, mas de um cruzamento (ou de uma tensão) entre “centralidades simultâneas” que concorrem entre si a partir de diferentes escalas e dimensões. Pensar o direito aos territórios é conceber a centralidade como não exclusiva das cidades e dos seus centros de negócios e poder. A centralidade não é produzida apenas pelos territórios mais urbanizados, ela é multidimensional e deve prever a possibilidade de múltiplos *focus* de atração.

Vários são os textos deste volume que desvendam no rural centralidades específicas, advindas dos seus recursos próprios, como, por exemplo, a aldeia que se apresenta como opção de vida que ora concorre, ora se complementa com a realidade da cidade. Muitas vezes, a vida das pessoas é contruída a partir do relacionamento e da contraposição entre centralidades distintas e simultâneas e não tanto a partir de oposições entre grande e pequeno, denso e despovoado, movimentado e parado. Para o indivíduo ou para determinado coletivo optar por ter uma casa e viver na aldeia pode deter um significado tão central como aceder à bacia de emprego que se desenvolve em torno da cidade. É claro que esta noção de “centralidades simultâneas” parte do pressuposto de que o espaço é socialmente produzido, no sentido definido por H. Lefebvre: o espaço é vivido, porque é interpretado, representado e praticado socialmente. Mas resulta também de outro pressuposto: que os territórios constituem *focus* de atração, concorrentes e complementares, desencadeadores de pulsões diferenciadas e, por vezes, contraditórias.

O incremento das mobilidades, que nos espaços rurais se vão tornando cada vez mais pendulares e rápidas, é a expressão visível dessa multiplicação de pulsões entre centralidades simultâneas. Os percursos de mobilidade entre aldeias, vilas e

idades dispararam e levaram as pessoas a relacionarem-se de um outro modo com os territórios. Tal como no pêndulo, o vaivém diário organiza-se em torno de polaridades distintas que potenciam a necessidade do movimento e da deslocação. A mobilidade, apesar de não ser um fenómeno específico dos nossos tempos, transformou-se numa componente essencial e transversal na organização dos quotidianos que se desenvolvem nos mais variados territórios, sejam eles, metropolitanos, suburbanos ou rurais. Podemos mesmo dizer que, embutida na noção de direito aos territórios, se desenvolve uma outra que a pressupõe — o direito à mobilidade: o direito ao ir e voltar sem atritos físicos e sem obstáculos sociais e económicos. O direito que se apresenta como necessidade, mas também como escolha que produz pulsões de movimento e circulação resultantes da tensão entre centralidades simultâneas. Na verdade, a reivindicação do direito aos territórios é por inerência a reivindicação da mobilidade, como direito básico que deve enformar as políticas públicas de urbanismo e planeamento.

É nesta linha, entre muitas outras possíveis, que os territórios surgem como sujeitos de expressão e ação política. A vertente política dos territórios é um dado particularmente referenciado e discutido em diversos capítulos deste livro, nos quais as relações entre a aldeia e a cidade, o rural e o urbano, assim como entre a aldeia e o rural, ou entre a cidade e o urbano, se dotam, por vezes, de sujeito da (ou para a) ação, que urge politizar e dotar de capacidade reivindicativa e transformadora.

Em grande medida foi essa necessidade de dar voz e visibilidade acrescida ao direito dos territórios a existirem como objeto, mas, sobretudo, como sujeito político, que me levou a organizar a presente publicação. Este livro resulta de uma antologia de textos que publiquei nos mais variados formatos, desde 2006, sobre temáticas direta ou indiretamente relacionadas com a análise sociológica da composição e das dinâmicas territoriais e que agora são republicados num único volume, que se organiza em três partes.⁴ A primeira compila um conjunto de textos eminentemente teóricos que refletem o modo como a organização das sociedades e da vida quotidiana dos indivíduos e das comunidades se relaciona com a textura e as transformações ocorridas em territórios diferenciados. A segunda detém uma componente mais empírica que, apesar de manter o registo problematizante, incide fundamentalmente sobre o estudo das estruturas sociais, territoriais e demográficas, tendo como ancoragem os conceitos de desigualdades e classes sociais.⁵ A terceira parte assume o carácter impressionista da deambulação por territórios conhecidos e inesperados, convocando-se percursos biográficos que se cruzam com trajetos andarilhos.

4 Agradeço aos vários editores a autorização de republicação dos textos que constituem este livro, e aos diversos avaliadores científicos e revisores todo o trabalho depositado na melhoria dos mesmos. Face à versão original, todos os capítulos foram alvo de revisão conforme o novo acordo ortográfico, e em alguns efetuaram-se certos ajustes e reformulações na composição do texto de forma a torná-los mais adequados à estrutura e organização do livro.

5 Do ponto de vista empírico, parte relevante dos textos tem por base os estudos que desenvolvi em territórios situados a sul de Portugal, principalmente na região do Alentejo.

Apesar de terem sido publicados em diferentes registros, e em alturas distintas, os textos organizados neste volume foram sendo escritos a partir de preocupações e problematizações comuns e transversais, como se um fio condutor implícito alinhavasse o conteúdo das diversas análises e abordagens. Contudo, convém fazer uma advertência: em certas partes encontramos entre os textos a redundância de algumas ideias e conceitos, ou a reincidência, por vezes parcelar, das mesmas imagens e metáforas. A título de exemplo, logo no capítulo inicial se termina com a alusão a uma metáfora retirada da obra do geógrafo brasileiro Milton Santos,⁶ a dos “homens lentos”, que mais lá para o final, no último capítulo, é retomada como uma espécie de *utopia experimental*⁷ que aponta para novos caminhos de intervenção e transformação social. O livro é também feito destes e de muitos outros retornos...

6 Milton Santos (2002), *A Natureza do Espaço*, São Paulo, Edusp — Editora da Universidade de São Paulo.

7 Termo proposto por Henri Lefebvre (*op. cit.*: 111).

